



A guerra santa, e petroleira, de Bush filho

Carlos Taibo

Este texto foi publicado pelo Ateneu de Ponte Vedra em 2003



<http://www.agal-gz.org>



Índice:

- I. Os Estados Unidos: intervencionismo e isolacionismo
- II. A desfeita de Bush filho
- III. De Kabul a Bagdade
- IV. A confabulação petroleira
- V. Por detrás de tudo: a globalização neoliberal
- VI. A patética convivência das Nações Unidas
- VII. Conflitos, liberdades e orçamentos militares
- VIII. Uma dupla moral
- IX. O devir dos factos no mundo árabe e islâmico
- X. As contestações da hegemonia
- XI. Potências rivais?
- XII. Os movimentos de resistência global
- Apêndice I. Dez motivos para recear dos Estados Unidos
- Apêndice II. De globalização e petroleiros

Introdução

Neste pequeno livro recolhem-se textos que retratam algumas das dimensões da crise internacional que, com traços mais ou menos claros, se revela desde o 11 de Setembro de 2001. A tese central que nesses textos se ilustra é a que sustém que a crise invocada tem permitido um fortalecimento da condição hegemónica dos Estados Unidos. A maior potência do planeta tem aproveitado uma situação aparentemente nova para ratificar muitos privilégios de longa história. Ao amparo deste processo tivemos a oportunidade de assistir, em particular, ao desenvolvimento duma estratégia de intervencionismo cada vez mais radical, de que são bons exemplos o acontecido no Afeganistão nos últimos meses de 2001, as ameaças que no momento em que se escrevem estas linhas --os primeiros dias de Janeiro de 2003-- padece o Iraque de Saddam Hussein e um sem-fim de conflitos em que os Estados mais diversos conseguiram reconfigurar no seu benefício as regras de jogo.

A consolidação da hegemonia norte-americana é um processo que se manifesta em paralelo com outro talvez mais importante: o relativo ao desenvolvimento duma globalização neoliberal que esconde o pleno vigor de muitas das dimensões que acompanhavam --e acompanham-- ao capitalismo e ao imperialismo tradicionais. Obrigado é sublinhar, porém, que o desenvolvimento que invocamos tem dois efeitos notáveis: se por uma parte multiplica de maneira visível o caos em todos os terrenos, doutra tem permitido o crescimento de movimentos de resistência cada vez mais fortes. As duas circunstâncias mencionadas são objecto de análise, também, nestas páginas.

A publicação, pelo Ateneu de Ponte Vedra, deste livrinho é consequência directa de dois amáveis convites realizados por essa instituição e em que o autor destas linhas, em Novembro de 2001 e no mesmo mês de 2002, pôde expressar as suas opiniões no que atinge às diferentes perspectivas em que se manifesta uma crise internacional por desgraça chamada a prolongar-se no tempo. Além de mostrar o seu agradecimento por tais convites, o autor tem uma dívida, também, com Elias Torres pelas suas sempre acertadas observações linguísticas.

Carlos Taibo, Madrid, Janeiro de 2003

I. Os Estados Unidos: intervencionismo e isolacionismo

Muitas das grandes tensões que se revelam na política estadunidense respondem a um comportamento esquizóide que se move entre duas variáveis: se uma delas é um agressivo intervencionismo no exterior, a outra é proporcionada por um impulso isolacionista mais ou menos propiciado por contingências geográficas e históricas. O vigor psicológico deste impulso alimenta, de forma amiúde contraditória, a ideia de que os EUA nada têm a ver com o que acontece longe das suas fronteiras, e como consequência não estão na obrigação de oferecer explicações ou demandar desculpas.

Os dois impulsos mencionados não são de modo nenhum alheios ao ocorrido o 11 de Setembro de 2001. Os atentados correspondentes não saíram da nada: literalmente não podem explicar-se --e dizemos bem, porque são com toda a evidência injustificáveis-- sem identificar a influência desenvolvida pelas agressivas políticas de intervenção dos EUA nos cenários mais diversos. Para além do anterior, os atentados de Nova Iorque e de Washington revelaram que o projecto isolacionista --e com ele, e numa das suas dimensões, a própria excepcionalidade norte-americana-- também tinha fendas e, violentado no seu cerne simbólico, estourava num universo de emoções dificilmente controláveis.

Já adiantámos que a geografia e a história foram alicerces fundamentais desta combinação entre isolacionismo e intervencionismo. Com respeito à geografia, será suficiente com assumir um exercício de comparação dos seus presumíveis efeitos sobre a vida de duas sociedades: a russa e a norte-americana. A primeira tem padecido desde muito tempo atrás o que George Kennan qualificou como um sentimento congénito de insegurança. Este último estava, e está ainda, directamente vinculado com a debilidade das defesas naturais do país, que fez da Rússia a vítima de numerosos povos que procediam, com intenções quase sempre belicosas, das planícies centroasiáticas. As próprias planícies centroeuropeias não foram tampouco um obstáculo para as invasões napoleónica e hitleriana. A geografia foi, porém, muito mais generosa com os Estados Unidos: se, por um lado, dois gigantes oceanos separam o seu território da maioria das zonas de conflito do globo, pelo outro nem o Canadá nem o México são obstáculos sérios para a indisputada hegemonia norte-americana. Assim as coisas, a história dos EUA tem-se beneficiado dum caminho mais plácido que o que tem correspondido a outros países. Lembre-se, sem necessidade de ir mais longe, que o território continental norte-americano não tem acolhido combates com uma potência inimiga desde meados do século XIX, e que desde 1865, o ano derradeiro da guerra de secessão, não registou contenda militar nenhuma. O acontecido em 1941 em Pearl Harbour --pouco mais, apesar da retórica oficial, que uma colónia perdida no oceano Pacífico-- não obriga a rectificar a análise, tanto mais quanto que o espaço continental estadunidense não foi cenário de combates nem objecto de ameaças durante a segunda guerra mundial.

A autopercepção como um país isolado do mundo externo veio justificar, nos Estados Unidos, um sem-fim de descrições da história recente do planeta conforme as quais nos últimos seis decénios só se teriam manifestado dois acontecimentos de relevo no conjunto do globo: o já mencionado ataque japonês contra Pearl Harbour, em 1941, e os atentados de Nova Iorque e de Washington, em 2001. Segundo esta singularíssima e ocultatória visão da história contemporânea, o seu é esquecer nomes próprios como os de Hiroshima, o Vietname, a Baía de Cochinos, Franco ou Pinochet, e não outorgar consideração nenhuma à ideia de que, em virtude do seu comportamento de quase sempre e duma obscena defesa dos seus interesses, os EUA constituem o melhor exemplo de *Estado canalha* no planeta das últimas décadas.

II. A desfeita de Bush filho

Cumpre examinar, de qualquer jeito, factos mais próximos a nós, e que revelam como o projecto que tem defendido, desde Janeiro de 2001, George Bush filho não se assenta em princípios saudáveis e, portanto, respeitáveis. A primeira dimensão desse projecto, simbolicamente interessante, não é outra que o franco apoio proporcionado por Washington às políticas criminais desenvolvidas na Palestina pelo primeiro ministro de Israel, Ariel Sharon. A conduta norte-americana, como sublinharemos mais adiante, não só é imoral: parece chamada a provocar efeitos indeléveis na opinião pública, e talvez entre os próprios governantes, no conjunto do mundo árabe e islâmico.

Outra circunstância de relevo é a decisão de Washington no sentido de manter os EUA afastados dum leque de textos legais que, a serem aplicados, desenhariam um planeta um pouco melhor que o que hoje padecemos. A lista desses textos não é precisamente breve. Assim, os Estados Unidos decidiram denunciar o velho tratado ABM, que desde 1972 estabelecia limitações no que atinge às defesas frente aos mísseis balísticos rivais. Conhecido é que Washington insiste em construir um talvez irrealizável escudo antimísseis que bem pode reabrir a corrida aos armamentos na sua dimensão mais tradicional; por muito que se afirme o contrário, é difícil fugir da consideração de que o escudo mencionado responde ao propósito de reduzir a capacidade dissuasiva dos arsenais russo e chinês, além de proporcionar um lucrativo negócio, naturalmente, ao complexo industrial-militar norte-americano. Os EUA decidiram não assinar, tampouco, o protocolo de Quioto, que neste caso estabelece limitações na emissão de substâncias contaminantes presumidamente relacionadas com o efeito de estufa; a postura de Washington é tanto mais significada quanto que os EUA são, com diferença, o país do planeta que mais contamina. Outro texto legal que não enche de alegria a Washington é o que tem permitido a criação do Tribunal Penal Internacional: se é verdade que os Estados Unidos não deixam de mostrar certa simpatia por algumas das causas vinculadas com a aparição duma legislação penal internacional, não o é menos que as autoridades norte-americanas rejeitam com clareza a perspectiva de que os seus concidadãos sejam julgados pelos juizes correspondentes.

Assinalemos, em terceiro lugar, que não há informação nenhuma que convide a deduzir que os actuais governantes norte-americanos sentem preocupação pelas consequências dramáticas da globalização neoliberal. Lembremos, sem irmos além, que a ajuda pública ao desenvolvimento proporcionada pelos Estados Unidos se situa perto de 0,1% do PIB e é, no entanto, 35 vezes inferior ao volume da despesa militar.

A nossa derradeira observação coloca-nos no cerne da crise internacional aberta no Outono de 2001. Se os Estados Unidos foram criticados amiúde pelo seu apoio, nomeadamente no decénio de 1980, a uma guerrilha islamista desbocada que operava no Afeganistão, muitos dos seus movimentos posteriores ao 11 de Setembro parecem assentar-se no objectivo de fazer algo similar, bem que num período de tempo mais reduzido. Será suficiente com lembrar que, por detrás do aparente propósito de estabelecer uma aliança internacional, Washington não duvidou em procurar a colaboração dum regime militar como o que dirige o general Musharraf no Paquistão, em fazer a mesma coisa com a ditadura autocrática presidida por Karimov no Uzbequistão e em empregar instrumentalmente, no Afeganistão, a uma Aliança do Norte que, hoje no governo, é mais que provável que não mantenha uma melhor relação como os direitos humanos que a desenvolvida pelo regime talibão. Se agregamos os nomes da Arábia Saudita e da Rússia, parecerá lógica a conclusão de que, com estes dados na mão, é difícil dar crédito a tese de os Estados Unidos estarem a lutar pela causa da liberdade e da democracia na castigada Ásia central contemporânea.

III. De Kabul a Bagdade

O primeiro aniversário do início dos bombardeamentos estadunidenses no Afeganistão não pareceu interessar quase ninguém. O silêncio ao respeito contrastava, e poderosamente, com a parafernália desinformativa que tivemos que aturar o 11 de Setembro de 2002. E isso que, em dramática ilustração de que a solidariedade com as vítimas depende da sua renda per cápita, o número de mortos no Afeganistão --falamos, claro é, de desprezíveis e sujus orientais-- excede em muito ao dos falecidos em Nova Iorque e Washington em Setembro do ano anterior.

Pondo de lado os exercícios de contabilidade, não pode ser mais tétrico o balanço duma *razia* norte-americana que, em primeiro lugar, tem mostrado uma nula legalidade. Os EUA eludiram no Afeganistão a que foi, pior do que melhor, a sua salvação quando, em 1986, o Tribunal Internacional de Justiça concluiu que o franco financiamento e o alento recebidos pela contra nicaraguana não eram razão suficiente para atribuir a actividade desta ao país que prestava esses apoios. Se agregarmos que aos olhos de muitos as provas proporcionadas no relativo à responsabilidade de Al Qaida nos atentados de Nova Iorque e de Washington são precárias --pareciam tais, em qualquer caso, em Outubro de 2001--, estará justificada a conclusão de que Washington se tem limitado a aplicar, como quase sempre, a lei do mais forte.

Tanto relevo como o anterior corresponde ao nulo respeito dispensado ao direito de guerra. Sem testemunhas, com a Aliança do Norte empregada como ponta de lança, com o concurso do urânio empobrecido, e ao amparo da destruição de centros de comunicações, armazéns de combustível, indústrias, hospitais e residências de anciãos, os EUA não só são responsáveis do que acontece nestas horas em Guantánamo: os massacres registados em Kunduz e na cadeia de Mazar-i-Sharif ilustram um comportamento encaminhado a cancelar os problemas através do extermínio físico do inimigo. Não é mais estimulante --já o assinalámos-- a condição dos aliados que Washington procurou no Outono de 2001.

Poupando a parte moral e direito, haverá que perguntar-se, também, pela eficácia das acções militares estadunidenses. Ainda que o argumento é de ida e volta, se é preciso dar crédito aos porta-vozes da Casa Branca, Al Qaida, uma ameoba de consistência gomosa, continua a funcionar e de modo nenhum tem recuado o risco de novos atentados. O outrora vice-presidente norte-americano, Al Gore, somou-se à lista dos que consideram, no entanto, que os EUA se desentenderam, finalmente, da reconstrução do Afeganistão, de tal jeito que não só não recortaram de forma apreciável as capacidades da rede de Bin Ladin: espalharam mais uma vez a semente para que cresça o fundamentalismo islamista.

A trama geoeconómica do conflito do Afeganistão fez, enfim, que vacilassem algumas das mais firmes convicções. Na Primavera passada soubemos que os Estados Unidos planearam uma operação militar em terras afegãs muito antes do 11 de Setembro de 2001. Ainda que os mais ingénuos abraçaram a tese de tal operação responder ao propósito de acabar com Al Qaida, finalmente prosperou outra versão dos factos que, com a riqueza energética da bacia do Cáspio como argumento principal, identifica um desejo de extrair pelo sul, através do Afeganistão, o petróleo e o gás correspondentes. Aliás, e voltemos à geo-política mais tradicional, Kabul oferece uma inestimável atalaia para controlar os movimentos de países como a Rússia, a China, a Índia, o Iraque e a Arábia Saudita.

O Afeganistão não foi, porém, senão o primeiro passo duma guerra que de modo nenhum se desenvolvia contra o terrorismo: era uma luta sem concessões em contra das dissidências mais diversas. O mais singelo é que o próximo objectivo deste singular e desequilibrado combate seja o Iraque. Se no Outono de 2001 muitos dos nossos especialistas, e a maioria dos nossos dirigentes políticos, assumiram um inquietante acto de fé quando aceitaram que os EUA se dispunham a mostrar um comportamento extremamente moderado no Afeganistão, hoje é preciso falar duma imoral colaboração com a tropelia que se prepara.

E é que o sempre sorridente e sarcástico secretário de Defesa norte-americano, Rumsfeld, não deixa lugar para mais. Pouco importa que ninguém entregasse um só dado de valor que relacione o

Iraque com o terrorismo internacional. De nada serve que o regime de Hussein aceite o regresso, sem condições, dos inspectores, que era o que, umas horas antes, reclamava o próprio Rumsfeld, para quem, ademais, o facto de que aqueles pudessem não encontrar armas de destruição maciça no Iraque de modo nenhum significava que essas armas não existissem. As Nações Unidas, enfim, são objecto de mais uma ameaça: ou aprovam a resolução que queremos --afirma o chefe de Rumsfeld--, ou actuaremos pela nossa conta, não sem antes rejeitar qualquer proposta orientada a vincular o cumprimento, por Bagdade, das resoluções com o levantamento das sanções. A firmeza dos dirigentes norte-americanos --franqueza não se lhes pode negar-- tem a sua melhor ilustração nessa novíssima doutrina que autoriza os ataques preventivos e estabelece o propósito de subordinar estes à confirmação da hegemonia própria e à expansão do modelo estadunidense de capitalismo (uma salada em que estão presentes Enron e WorldCom, Cheney e Bush, Amoco, McDonnell Douglas e Union Carbide).

Não é preciso sentir simpatia nenhuma pelo autoritário, militarizado e corrompido regime iraquiano para rejeitar uma campanha militar com imorais objectivos: finalizar o que se deixou pela metade do caminho em 1991, obter as imagináveis rendas eleitorais, dar um impulso a uma pouco estimulante *jihad* antiterrorista, fortalecer a posição estratégica de Israel e, de novo, garantir o controlo de lucrativos poços de petróleo. Quem pensar que trás isto há algum desejo de devolver a palavra ao povo iraquiano --vítima do regime de Hussein e dum embargo criminal-- anda muito perdido, ainda que não tanto como o que, agora, reconheça no sistema das Nações Unidas algum traço de independência. A experiência dos últimos anos é concludente: a máxima organização internacional não foi capaz de deter os bombardeamentos estadunidenses e britânicos sobre o Iraque e de impor sanção alguma aos responsáveis de transmitir aos serviços de inteligência norte-americanos e israelenses a informação obtida pelos inspectores da ONU. Também não conseguiu erguer um embargo que tem acabado com a vida de centenas de milhar de crianças. É a mesma organização, aliás, que permite que Israel ignore um sem-fim de resoluções do Conselho de Segurança e que, com tão penosos antecedentes e submetida a intensas pressões, esquece constantemente a sua carta fundacional.

Não parece muito mais saudável o panorama da União Europeia. A história é bem conhecida: quando se adivinha que as ameaças norte-americanas tardarão em concretizar-se, os dirigentes da UE mantêm, amiúde histrionicamente, as distâncias; quando o tempo das façanhas bélicas chega, as dissidências, pelo contrário, evaporam-se. Isso sem contar, naturalmente, aos que, como Aznar, Berlusconi e o conselheiro delegado da British Petroleum, oferecem os seus serviços antes de que nada lhes seja demandado. Ainda que não só se trata disso: sendo perfeitamente acreditável que o chanceler alemão, Schröder, se mantêm firme no seu propósito de não participar activamente numa agressão estadunidense contra o Iraque, ninguém imagina que o nosso homem dá mais um passo e lidera uma frente de rejeição.

Se a trama de interesses em que está imersa a UE é muito densa, o mesmo acontece com os aliados dos Estados Unidos no Oriente Próximo. Qual não será a intensidade das pressões recebidas que a Turquia e a Arábia Saudita --dois países mais temerosos das consequências dum ataque norte-americano sobre o Iraque que das possíveis armas de destruição maciça em poder de Hussein-- parecem dispostas a enfrentar sem qualquer entusiasmo o risco duma revolta popular à que poderiam somar-se os efeitos duma eventual desintegração do Iraque. Em Riad, agora sob suspeita, os movimentos norte-americanos analisam-se com lupa, visto que um Iraque sob dominação estadunidense receberia como prémio um incremento nas suas quotas de exportação de petróleo, em detrimento da Arábia Saudita, a que, finalmente, poderia substituir como alicerce principal de Washington no golfo Pérsico. Agreguemos o nome da Rússia, que como recompensa pelo seu silêncio teria recebido da Casa Branca garantias no que respeita ao reembolso da dívida iraquiana.

Como quer que cumpre chegar a alguma conclusão, neste caso parece singela: o que aos olhos de muitos é uma respeitável luta contra o terrorismo é para outros uma obscena demonstração de barbárie que, longe de impedir o desenvolvimento daquele, não faz senão engordar a sua semente.

IV. A confabulação petroleira

Na Primavera de 2002 os meios de comunicação estadunidenses viram-se na obrigação de se ocupar, com visível desinteresse, por um feixe de notícias que sublinhavam que os responsáveis dos serviços de inteligência e segurança norte-americanos não estiveram à altura das circunstâncias nos meses anteriores aos factos do 11 de Setembro. Se as análises mais benignas sugeriam uma escassa eficácia dos serviços mencionados, as mais audazes atreviam-se a identificar, embora fosse com cautelas, preocupantes conivências.

Na disputa correspondente fez-se valer um dado concreto que tem relevo singular: parece definitivamente demonstrado —já o assinalamos— que os Estados Unidos programaram uma acção militar no Afeganistão antes dos atentados de Nova Iorque e de Washington. Certo é que no que diz respeito dessa operação, a maioria dos especialistas parece ter aceitado sem maiores dúvidas que respondia, sem mais, ao propósito de fazer frente a Bin Ladin e à sua rede. Qualquer reflexão séria sobre a questão está obrigada a concluir, porém, que o objectivo imaginável era muito mais cobiçoso e se vinculava antes com a palavra *petróleo* que com a luta desenvolvida contra o terrorismo internacional.

O cerne da questão é fácil de identificar: o crescimento da procura energética nos Estados Unidos não pode compensar-se com a produção própria, e isso por muito que o presidente Bush reivindique agressivas prospecções na Alasca. O desenvolvimento de fontes alternativas de energia tem-se visto tradicionalmente impedido --é importante sublinha-lo-- pelos interesses dos gigantes do petróleo (Enron, aliás, entre eles). Assim, se os EUA produzem hoje pouco mais de 50% do petróleo que consomem, os prognósticos assinalam que em duas décadas haverão de importar quase as duas terceiras partes dessa preciosa matéria-prima energética. Como resultado, os dirigentes norte-americanos parecem decididos a aumentar o controlo sobre poços e oleodutos, por um lado, e a garantir que os preços internacionais do petróleo ficam dentro de certos limites, pelo outro.

As medidas assumidas ao respeito afectam a espaços geográficos diferentes. Algumas delas têm por objectivo fortalecer a presença estadunidense em países produtores como a Angola e a Nigéria, na África, ou a Colômbia e a Venezuela, na própria América. Muitos especialistas consideram, em particular, que alguns dos movimentos recentemente protagonizados pelos EUA nos dois últimos países mencionados respondem aos objectivos que acabamos de identificar.

Mas o núcleo da atenção estadunidense é uma delicadíssima zona que tem duas instâncias de relevo no golfo Pérsico e no mar Cáspio. Conforme a todos os prognósticos, estamos a falar das duas áreas que entesouram as mais importantes reservas de petróleo do planeta. Os passos dados por Washington foram ao respeito vários. O primeiro consistiu em aumentar, até onde fosse possível, o controlo sobre a Arábia Saudita. O segundo reclama modificar o *statu quo* no Iraque e no Irão; se no primeiro cenário o objectivo não é outro que derrubar o regime de Saddam Hussein e fazer-se com o controlo da indústria petroleira, no segundo provavelmente se procurará, com a passagem do tempo, algum acordo com as autoridades iranianas. A terceira medida importante ganhou terreno na segunda metade da década de 1990, quando os Estados Unidos começaram a considerar a sério a possibilidade de construir um conduto que, sem tocar o território da Federação Russa, comunicasse a margem oriental do Cáspio com o Azerbaijão, atravessasse depois a Geórgia e terminasse em Ceyhan, na Turquia. Da mão desse conduto, e de investimentos significados na indústria extractiva da região, Washington estaria a disputar-lhe a Moscovo o lucrativo negócio do transporte do petróleo e do gás natural centroasiáticos.

A guerra afegã permitiu que reaparecesse, e em papel não precisamente menor, um velho projecto que, segundo a percepção de alguns especialistas, justificaria por si só a intervenção militar iniciada pelos EUA no Afeganistão a 7 de Outubro de 2001. Com o concurso dum novo movimento, Washington abriria um horizonte de exportação da riqueza energética centroasiática na forma dum conduto que,

desde o Kasaquistão, o Uzbequistão e o Turquestão, e trás passar pelo castigado Afeganistão, procuraria, no Paquistão, os portos do Índico. Cumpre lembrar que no passado o projecto em questão foi discutido com o próprio regime talibão e que uma peça decisiva na defesa dos interesses de Unocal, a companhia petroleira norte-americana, foi o actual máximo dirigente afegão, Hamid Karzai.

Ainda que o cenário centroasiático dos últimos meses mostra, com certeza, dimensões complexas, seria um acto de extrema ingenuidade concluir que a trama energética que nos ocupa desenvolve um papel marginal na política estadunidense. Que muitos líderes de opinião optassem por ignorar essa trama fala com clareza, isso sim, da sua escassa independência de critério e da sua submissão ao ditado duma potência hegemónica que, hoje como ontem, ilustra de maneira fidedigna a alarmante primazia dos interesses sobre os princípios.

V. Por detrás de tudo: a globalização neoliberal

Mas por trás de muitos dos movimentos estadunidenses não há outra coisa que um processo mais geral que, de maneira pouco afortunada, chamamos globalização, empregando uma palavra que oculta o vigor doutras --assim, capitalismo ou imperialismo-- que reflectem com maior claridade a textura das relações económicas dominantes no planeta contemporâneo.

O que habitualmente se entende como globalização neoliberal é o produto de várias mudanças registadas no capitalismo que conhecemos. A primeira delas é um desenvolvimento espectacular dos movimentos especulativos, a que hoje se destinam sessenta vezes mais recursos que os vinculados com a compra-venda de bens e de serviços. O segundo é uma acelerada concentração de capital: em dois decénios multiplicaram-se por sete os activos afectados por fusões. O terceiro é a deslocação de muitas empresas em busca de baixos salários, escassos impostos ou regimes autoritários. O quarto proporciona-o uma geral desapareição de travas, e o quinto e derradeiro um formidável desenvolvimento do crime organizado.

Tudo o relatado pode resumir-se num processo de gestação dum gigantesco paraíso fiscal a escala planetária em que os capitais, como cavalos fora de controlo, deverão mover-se sem nenhuma limitação, com os problemas intuitíveis em matéria de democracia. As empresas --e com elas os empresários-- que se desenvolvem no mundo da globalização neoliberal encontram-se numa posição de enorme influência, sem qualquer controlo democrático num cenário em que se reduzem em todas as partes, no entanto, as funções sociais dos Estados ao passo que crescem, pelo contrário, as repressivo-militares. Nas palavras do filósofo norte-americano John Dewey, a democracia perde o seu sentido quando a vida dum país se vê governada por genuínos tiranos privados, de tal jeito que os trabalhadores estão subordinados ao controlo empresarial e a política devém “a sombra que os grandes negócios lançam sobre a sociedade”.

Cumprе sublinhar, aliás, que a globalização que conhecemos não é um processo descentralizado nem igualitário. Se por um lado está controlado claramente pelos três grandes núcleos do poder capitalista tradicional --os EUA, a UE e o Japão--, pelo outro não parece que mitigue os problemas de pobreza no planeta. Não esqueçamos que 1.200 milhões de pessoas mal vivem com menos dum euro cada dia e que são 3.000 milhões --70% delas mulheres-- as que se vêem obrigadas a fazê-lo com menos de dois. Por enquanto, as três maiores fortunas equivalem ao produto interior bruto total dos 48 países mais pobres. Para nada faltar, as diferenças de ingressos entre 20% melhor situado e 20% pior colocado da população mundial não deixaram de crescer: se eram de 30 para 1 em 1960, colocaram-se em 60 para 1 em 1990 e em 71 para 1 em 1997. Quem pensar, falando nisto, que Internet é um ajeitado instrumento de libertação fará bem em lembrar que 65% da população do planeta nunca fez uma chamada telefónica.

Os dados mencionados convidam a concluir que a globalização ratifica --hoje ao abrigo da dramática hegemonia dos EUA-- muitas das relações que no passado vinculámos com o colonialismo e o imperialismo tradicionais. Não só isso: parece chamada a propiciar um activo processo de terceiromundização em zonas inteiras do planeta como é a Europa central e oriental. As economias correspondentes não podem competir nos mercados internacionais, mostram um desfasamento tecnológico cada vez mais claro, vêm-se abandonadas por muitos cidadãos que procuram cenários mais prósperos, acumulam dívidas cada vez maiores e, amiúde sob a dominação de regimes autoritários, padecem os efeitos de formidáveis diferenças que permitem que uma minoria da população viva imersa numa orgia de consumo enquanto a maioria da gente fica numa situação de penúria. Por se pouco fosse, regista-se uma clara ocidentalização da cultura que aspira a acabar com muitos dos signos de identidade próprios.

VI. A patética convivência das Nações Unidas

O prémio Nobel da Paz concedido a finais de 2001 às Nações Unidas chegou num momento em que a máxima organização internacional atravessava uma profunda crise, bem reflectida num dramático esquecimento da sua própria carta fundacional. Esta última não faz outra coisa, porém, que trasladar ao âmbito das relações entre os Estados o que em muitos lugares se entende é o comum na vida quotidiana. Assim, no mundo que nos é mais próximo é comum considerar --não julgaremos agora se isto é saudável ou não-- que quem é objecto duma agressão tem o direito a repelir esta, com o acréscimo, isso sim, de que tal direito deve concretizar-se no mesmo momento em que se verificou a mencionada agressão. Deixado atrás esse momento, o agredido poderá, se esse for o seu desejo, invocar a autoridade correspondente --a polícia-- e, mesmo, levar o seu caso aos tribunais.

O processo invocado é o previsto, também, nas regras estabelecidas pelas Nações Unidas para uma situação como a que se revelou em virtude dos atentados do 11 de Setembro de 2001. A mais importante das organizações internacionais via-se obrigada a reconhecer, sim, aos Estados Unidos o direito de repelir a agressão padecida e de fazê-lo em virtude do exercício paralelo da legítima defesa. Mas as Nações Unidas de modo nenhum estavam obrigadas a aceitar que Washington se reservasse, como finalmente aconteceu, um direito de intervenção ilimitado, sem nenhuma restrição no que atinge a tempo, espaço e métodos. O sistema das Nações Unidas exigia, antes bem, que uma vez deixado atrás o momento em que podia repelir-se a agressão, o papel principal recaísse no Conselho de Segurança da máxima organização internacional. A esse Conselho correspondia receber toda a informação, adoptar as decisões que correspondessem e reter em todo o momento um pleno controlo bem como uma capacidade de freio sobre as medidas desenvolvidas.

Em vez de assumir os seus deveres, nas semanas posteriores ao 11 de Setembro de 2001 as Nações Unidas optaram por olhar para outro lado e, ao respeito, não duvidaram em promover uma série de resoluções ambíguas --tratava-se mais bem de declarações de intenções-- que nem autorizavam visivelmente nada nem a nada se opunham de maneira manifesta. Como consequência ficavam abertas tantas possibilidades de interpretação que parecia singelo que os Estados Unidos assumissem sem problemas o comportamento que mais lhes interessava utilizando o Conselho de Segurança quando se intuía que não haveria problemas para que este apoiasse uma resolução, mas ignorando àquele em caso contrário. Em termos gerais a guerra desenvolvida pelos Estados Unidos e secundariamente pelo Reino Unido, no Afeganistão ilustrava dramaticamente o vigor das palavras de Carlo Jean quando falava da “condição caduca do direito internacional tradicional e da tendência dos Estados para reapropriar-se do direito a empregar as armas quando consideram que está em perigo a sua segurança”. Que teria acontecido, aliás, se, a ter sido outro o país vítima dos atentados do 11 de Setembro, esse país optasse por assumir uma resposta como a dos EUA no Afeganistão? Teriam reagido da mesma forma as Nações Unidas, uma organização que infelizmente está claramente subordinada, e não precisamente de maneira casual e efémera, aos interesses dos grandes do planeta?

VII. Conflitos, liberdades e orçamentos militares

São três as novidades principais --ainda que todas relativas-- que, em virtude da hegemonia norte-americana, se abriram caminho trás o 11 de Setembro de 2001: o desenvolvimento de fórmulas pouco estimulantes de resolução de conflitos de longa tradição, a aparição de restrições planetárias no que respeita a direitos e liberdades, e, em suma, um geral crescimento dos orçamentos militares.

O primeiro traço invocado assinala a extensão de formas não precisamente estimulantes de resolução de muitos conflitos que vêm de longe. Em cenários muito diversos tivemos a oportunidade de comprovar como regimes que mostram um péssimo registo em matéria de direitos humanos modificaram com habilidade, ao amparo dum panorama planetário propício à legitimar condutas impresentáveis, um sem-fim das regras de jogo próprias de conflitos como os que se desenvolvem na Chechênia, na Palestina, na Colômbia ou no Saara ocidental. O acontecido neste último é ilustração suficiente desta tétrica realidade: as Nações Unidas cada vez parecem mais propensas a retirar a sua missão no território e em consequência se adivinha cada vez mais longe a convocatória do referendo de autodeterminação previsto por uma velha resolução do Conselho de Segurança. Para nada faltar, enfim, os presidentes da França e dos EUA não duvidam em falar do Saara ocidental como se se tratasse das províncias meridionais do reino de Marrocos, comportamento recompensado por este último com autorizações de prospecção de jazigos de hidrocarburos outorgadas, como por magia, a empresas francesas e norte-americanas...

O retrocesso planetário nos direitos e nas liberdades é um elemento mais da desordem internacional que padecemos. Cumpre salientar que tal retrocesso de modo nenhum é exclusivo dos Estados Unidos, e isso por muito que seja evidente que os problemas são manifestos na principal potência do planeta. Bastará com lembrar que mais de cinco mil jovens de origem árabe foram submetidos, depois do 11 de Setembro de 2001, a interrogatórios sumários nos EUA, que um total dumas 1.200 pessoas foram detidas por períodos prolongados sem que contra elas se abrissem causas legais e sem que, em muitos casos, se conhecessem os seus nomes, ou que --e isto, claro, é o mais preocupante-- várias centenas de pessoas, procedentes na sua maioria do Afeganistão, podem acabar no patíbulo desde o seu calvário actual em Guantánamo e em significada ausência das garantias legais mais elementares.

O panorama não é muito mais estimulante na União Europeia. No Reino Unido aprovou-se em Dezembro de 2001 uma nova lei antiterrorista que aos olhos de Amnistia Internacional pode gerar uma legislação paralela fora de controlo. Mais recentemente foram aprovadas leis de perfil similar na França. Na Alemanha a polícia, claramente fortalecida, pode agora expulsar cidadãos estrangeiros em virtude de simples suspeitas, e na Itália discutem-se leis orientadas a permitir que os serviços de inteligência e segurança cometam delitos. No Estado espanhol, em suma, ilegalizam-se forças políticas à par que são proibidas as manifestações dos que dissentem, desenvolvem-se medidas de franca demonização dos movimentos que rejeitam a globalização neoliberal e endurecem-se as leis aplicadas aos imigrantes pobres. A textura de todas estas atitudes fica bem retratada nas reiteradas declarações do secretário de Justiça norte-americano, John Ashcroft, para quem, dum lado, os terroristas não devem beneficiar-se das garantias inseridas na Constituição estadunidense --o nosso homem parece esquecer que o primeiro é determinar, com as garantias correspondentes, que se trata efectivamente de terroristas-- e, doutro, os cidadãos norte-americanos nada devem temer, dado que as novas normas haverão de afectar em exclusivo a população estrangeira, circunstância que faz com que a situação seja ainda mais preocupante.

Falamos, como um dos últimos traços importantes do acontecido após o 11 de Setembro de 2001, dum formidável crescimento verificado nas despesas militares. Neste caso a vanguarda do processo são, de novo, os Estados Unidos, que em Janeiro de 2002 impulsionaram uma subida de 14% no seu orçamento de defesa. O fenómeno que nos ocupa, de natureza universal, tem um claro antecedente na era reaganiana. Então, a redução experimentada pelo gasto social nas mãos do Estado --as despesas em educação e saúde-- viu-se compensada por um crescimento espectacular nas dimensões da maquinaria

repressivo-militar norte-americana. O efeito final foi, aliás, que depois de dois mandatos presidenciais Reagan deixou um déficit público sensivelmente maior que o que se registava no começo do seu governo. Os neoliberais, tão preocupados como estão pela dimensão social do gasto público, não mostram a mesma inquietação quando o que está em jogo é a parte militar dessa mesma despesa.

VIII. Uma dupla moral

Se há um dado que retrata o papel assumido por muitos meios de comunicação no quadro da crise internacional derivada dos atentados do 11 de Setembro de 2001, esse é a omnipresença de fórmulas que consideram de maneira dramaticamente diferente os amigos e os inimigos, os poderosos e os fracos. Bastará com propor alguns exemplos que delatam o vigor de reflexões que se inspiram em fórmulas como as mencionadas.

O primeiro desses exemplos obriga a lembrar, mais uma vez, o critério em que os Estados Unidos estão a justificar muitos dos seus espasmos militares: o vinculado com o direito à legítima defesa. Parece que esse direito é exclusivo dos grandes do planeta, de tal jeito que se esquece quando os que podem extrair-lhe benefício são países em precária situação. Porque, alguém se lembra de que se falasse de legítima defesa quando a Nicarágua sandinista era objecto duma visível agressão protagonizada pela contra, alimentada militarmente pelos EUA? Invocou-se esse direito quando a ilha de Granada e o Panamá foram vítimas de invasões acometidas pelo exército norte-americano? Mencionou-se o direito que nos ocupa para identificar as possibilidades legais que podiam ser empregues pela população do Saara ocidental quando o seu país foi invadido pelo exército do Marrocos em 1974? Alguém falou desse direito nos tristes e sangrentos dias de 1982 em que outro exército, o de Israel, se instalou no sul do Líbano? As respostas a todas estas perguntas, óbvias, obrigam a articular uma conclusão: o direito à legítima defesa é invocado em exclusivo pelos poderosos, talvez porque o comum é que os débeis, ao padecerem uma agressão, fiquem num estado tão lamentável que não estejam em condições de reclamar direito nenhum.

Sabido é que, por outra parte, nas jornadas posteriores ao 11 de Setembro foram muitos os lugares em que se organizaram manifestações em solidariedade com as vítimas dos atentados de Nova Iorque e de Washington. Não há motivo nenhum para se opor a umas manifestações que reflectiam o desejo de não esquecer as três mil pessoas que morreram em virtude de injustificáveis actos criminais. Mas estamos obrigados a nos perguntar pela saúde mental dumas sociedades, as nossas, que aceitam com prazer a conveniência de solidarizarem-se com essas vítimas enquanto esquecem, porém, outras muitas. Um dado que produz arrepio bem pode ser de utilidade no que atinge à nossa consideração: segundo a UNICEF, cada mês são cinco mil as crianças que morrem no Iraque por efeito, fundamentalmente, dum criminal embargo aplicado pelos Estados Unidos. Por que estas vítimas, tão inocentes como as registadas nas Torres Gémeas, não reclamam de solidariedade nenhuma aos olhos da maioria dos nossos dirigentes políticos, dos nossos meios de comunicação e dos nossos concidadãos? Parece como se a solidariedade entre nós tivesse alguma coisa a ver com a renda per cápita das vítimas.

Agregaremos um terceiro exemplo das fórmulas que nos ocupam: o presidente do governo espanhol, José María Aznar, considera-se um firme bastião na luta contra o terrorismo, tanto local como internacional. Mas, que crédito cumpre outorgar a tal personagem quando sabemos que prefere calar ante as defesas que outros dois presidentes, os da Rússia e a Turquia, gostam de fazer no que atinge às acções dos exércitos respectivos, afinadas maquinarias de formidáveis terrorismos de Estado, na Chechênia e no Curdistão? Ainda que a condição do presidente do governo espanhol não é a única de interesse: o imoral jogo que se revela da mão do emprego partidário da palavra terrorismo encontra-se no centro da estratégia de comunicação das autoridades norte-americanas desde o 11 de Setembro de 2001. Que pode se esperar, enfim, de dirigentes políticos que, depois de ter apoiado personagens como Saddam Hussein, Slobodan Milosevic ou Manuel Noriega, e trás ter-se relacionado amigavelmente com o próprio regime talibão, querem fazer-nos crer, finalmente, que não conheciam nem aos uns nem aos outros?

IX. O dever dos factos no mundo árabe e islâmico

Esqueceríamos uma dimensão importante do acontecido no planeta nos últimos tempos se não mencionássemos o facto, dificilmente contestável, de que no conjunto do mundo árabe e islâmico são muitas, e sólidas, as manifestações dum duplo fenómeno: se, dum lado, a maioria dos governos mostram uma visível dimensão autoritária e repressiva, não é mais estimulante o panorama que proporcionam a maioria das oposições. Quem a estas alturas pense que há algum traço emancipador nas propostas de Ussama Bin Ladin é que decidiu ficar cego ante a realidade: essas propostas ilustram o vigor dum projecto marcado pela sua natureza autoritária, machista, ultramontano no religioso e em forma nenhuma vinculado com as causas da justiça, a solidariedade, a igualdade e a liberdade.

A definição anterior de modo nenhum implica a aceitação do que se fez extremadamente comum nos nossos meios de comunicação: uma vulgar, acrítica e ignorante demonização dos mundos árabe e islâmico. Pense-se, sem irmos além, que desde tempo atrás são muitos os membros dessa praga contemporânea, os participantes nas tertúlias das rádios, que empregam sem duvidá-lo, e sem acrescentar adjectivos, o termo *fundamentalismo*, em virtude da presunção de que este tem que ser, por definição, islâmico. Como se não houvesse manifestações do fundamentalismo vinculadas com todas as crenças religiosas e todas as cosmovisões ideológicas! As percepções destas gentes foram recolhidas no seu momento nuns depoimentos do inteligentíssimo e honestíssimo primeiro ministro italiano, Silvio Berlusconi, para quem a civilização ocidental era ontologicamente superior às demais. Não só isso: Berlusconi fazia sua, em paralelo, a tese huntingtoniana da confrontação entre as civilizações. Cumpre sublinhar que esta tese contém duas dimensões interessantes pela influência que parecem exercer sobre as políticas densenvolvidas por muitos dos governos ocidentais. A primeira delas salienta a necessidade de fechar as nossas sociedades e de fazê-las impermeáveis ante o que chega de fora e tem um claro reflexo nas leis, cada vez mais repressivas, aplicadas entre nós aos imigrantes pobres. A segunda lembra que, apesar das aparências, na proposta de Samuel Huntington não há nenhuma vontade de proselitismo: a afirmação da superioridade do que o nosso autor entende que é a civilização ocidental não vai acompanhada do propósito de espalhar esta para que alcance o derradeiro cantinho do planeta. Pelo contrário, aos olhos de Huntington as diferentes civilizações devem conservar inalteráveis os seus traços tradicionais, algo que é preciso relacionar com um elemento claramente ancorado no cerne do projecto imperial dos Estados Unidos: a necessidade de manter em pê ameaças, supostas ou reais, que permitam conservar gigantescos aparatos repressivo-militares.

Devemos fazer, porém, uma observação mais: a globalização neoliberal tem provocado no conjunto do mundo árabe e islâmico tensões que se somam às que antes já existiam. A principal delas fala da introdução de valores alheios num cenário em que, em paralelo, não se tem registado progresso económico nenhum. O soçobro derivado tem-se convertido, como a passagem do tempo, num estímulo ajeitado para o crescimento de discursos fundamentalistas. Não parece que a natureza, visivelmente agressiva, da maioria das políticas defendidas pelos Estados Unidos trás o 11 de Setembro de 2001 seja um interessante obstáculo no caminho desses discursos.

X. As contestações da hegemonia

Ninguém questiona que no início do século XXI os Estados Unidos constituem uma indisputada potência hegemónica. Tal condição tem encontrado, no entanto, uma categórica confirmação após os atentados do 11 de Setembro de 2001. Ao amparo destes, Washington tem levado ao extremo --com a dramática benevolência do sistema das Nações Unidas-- as suas já tradicionais estratégias de agressiva intervenção, tem conseguido um franco fortalecimento da sua maquinaria militar, tem propiciado um planetário retrocesso em matéria de direitos e liberdades, tem alentado a adopção de impresentáveis fórmulas de má resolução de conflitos de longa tradição e, para além de todo o anterior, tem imprimido um novo impulso a um processo, a globalização capitalista, impregnado de explorações, exclusões e desigualdades.

Para muitos especialistas a hegemonia norte-americana destas horas mostra, porém, um traço inédito, na medida em que se desenvolve de forma homogénea, e por vez primeira na história, em todos os terrenos importantes: o da política, o da economia, o da cultura, o da tecnologia e o dos factos militares. Nenhuma potência do passado pôde exibir tal condição. Assim, e por exemplo, o império espanhol nunca esteve em disposição de ostentar no século XVI um claro domínio tecnológico, do mesmo jeito que o império inglês sempre teve de enfrentar, no XIX, a contestação, não precisamente menor, que proporcionavam competidores como a França, a Alemanha e, com a passagem dos anos, os Estados Unidos.

A condição referida de modo nenhum quer dizer, como poderia parecer, que faltem os problemas no horizonte da hegemonia estadunidense. O propósito destas linhas é, precisamente, examinar esses problemas com o olhar posto em sublinhar que em nenhum caso se trata de obstáculos menores. Pelo contrário identificaremos um leque de factos que, a fazer-se valer determinados desenvolvimentos, podem provocar a erosão dos alicerces da hegemonia que nos ocupa e, talvez, cancelar o seu vigor.

A primeira ameaça que pesa sobre a condição de primazia dos Estados Unidos é a derivada da delicada situação social interna da maior potência planetária. Não deve esquecer-se que no trânsito entre os séculos XX e XXI os Estados Unidos são a principal maquinaria produtora de pobreza do Norte desenvolvido. Entre os seus habitantes contam-se nada menos que 46 milhões de pobres, 52 milhões de analfabetos funcionais e 40 milhões de pessoas que mal vivem longe de qualquer classe de assistência social. As cifras mencionadas parecem chamadas a crescer, aliás, ao amparo das políticas neoliberais que abraça quem em Janeiro de 2001 deveio presidente dos Estados Unidos: George Bush filho. A situação obriga, naturalmente, a perguntar-se pelo futuro e a não fechar o horizonte, de modo nenhum, a convulsões sociais. Com carácter provisório, porém, revelam-se duas circunstâncias importantes: se, por uma parte até o momento o sistema político e económico norte-americano tem conseguido enfrentar, mal que bem, os problemas correspondentes --à custa, claro, de formidáveis exclusões e marginalizações--, pelo outro parece inegável que a maioria dos pobres que nos ocupam forma um *lumpenproletariat* pouco organizado e incapaz de articular um projecto de contestação e mudanças. Mesmo assim, e como quer que muitos dos estudos que se interessam pelos problemas que alcançam à hegemonia estadunidense costumam identificar, sem mais, ameaças externas, convém é que salientemos que o edifício sobre o que se tem construído essa hegemonia mostra fendas importantes que podem se traduzir, com a passagem do tempo, em surpresas.

O segundo grande problema que se adivinha no horizonte da hegemonia norte-americana adopta a forma, não isenta de paradoxos, da globalização neoliberal, um processo por muitos conceitos impulsado e controlado desde empresas transnacionais enraizadas, com toda evidência, nos Estados Unidos. É ilustrativo como, paulatinamente, são muitos os economistas que, trás abraçar sem maiores dúvidas o discurso da globalização capitalista, começam a perceber problemas. O geral retrocesso dos poderes políticos tradicionais que a globalização neoliberal implica --acompanhado, isso sim, dum fortalecimento

da dimensão militar-repressiva que corresponde a muitos desses poderes-- tem feito que se manifestassem alguns alarmes e que, ante a perspectiva dum caos geral, se assumisse uma relativa operação de retirada. Ainda que ao amparo da discussão correspondente não falta quem, dentro da lógica da acumulação capitalista, tem lembrado o papel estabilizador e mitigador de tensões sociais que tem correspondido a muitos Estados, a defesa do benefício mais rápido e fácil que impregna todas as condutas inseridas no projecto da globalização neoliberal, parece hoje sem freio e pode revolver-se em contra dos interesses dos que até agora extraíram franco proveito às práticas correspondentes. E é que, e por regressar à questão que nos ocupa, não é de modo nenhum evidente que o caos de que fizemos menção --um *big bang* que afectaria à totalidade do planeta-- seja fácil de controlar e responda, sem fissuras, aos interesses dos núcleos tradicionais do poder capitalista, e nomeadamente o estadunidense.

Uma terceira ameaça que pende sobre a hegemonia norte-americana é a que tem a sua origem na prepotência que inspira muitos dos movimentos dos dirigentes estadunidenses de agora. Não faltam os historiadores que assinalam que a maioria das potências hegemónicas do passado perderam a sua condição, não tanto em virtude da aparição de poderosos competidores externos como por efeito da sua incapacidade para avaliar as próprias limitações. Neste caso não é preciso ir longe na procura de ilustrações desta classe de comportamentos e consequências: o apoio incontestável que Washington oferece às políticas criminais desenvolvidas pelo primeiro ministro do Israel, Ariel Sharon, parece exemplo suficiente dos riscos que os Estados Unidos enfrentam. E não se trata apenas de a política de Bush filho --e a dos seus antecessores na presidência-- ser profundamente imoral: é que, para além disso, é pouco inteligente, na medida em que gera os lógicos agravos no conjunto das opiniões públicas, e em muitos casos entre os governantes, num amplíssimo arco de crise que vai desde Marrocos até as Filipinas. Bem poderá acontecer que os Estados Unidos consolidem o seu poder, via repressão, na Palestina e no Afeganistão à custa de desestabilizar países mais importantes como o Egipto, a Arábia Saudita, o Paquistão ou a Indonésia. A agressiva política de Washington em relação com o Iraque --assentada no propósito de fortalecer a posição estratégica de Israel no Oriente Próximo e de fazer-se com o controlo dum país geoeconomicamente importante-- parece chamada a ter, aliás, efeitos parecidos. Agreguemos, para afastar interpretações precipitadas, que não é estritamente preciso que as consequências da política norte-americana sejam visíveis em semanas ou meses: a história, que amiúde é lenta, costuma ser, porém, perseverante. Ainda hoje se percebem, e com singular fortaleza, as pegadas da impresentável partição da Palestina acontecida mais de meio século atrás.

A quarta ameaça que acoisa à hegemonia estadunidense é a que se abrirá caminho se se verificarem aproximações sólidas entre potências de carácter secundário. Os exemplos que quase sempre se oferecem como ilustração são os da União Europeia e a Rússia, dum lado, e a China e o Japão, doutro. Cumpre assinalar que trás os atentados do 11 de Setembro de 2001 os Estados Unidos procuraram atrair à Federação Russa, não tanto porque esta última objectivamente lhes interessasse como em virtude do objectivo de manter a Moscovo afastado da União Europeia. Num terreno similar não está de mais sublinhar que a pressão que Washington exerce sobre a China parece ter como explicação algumas das circunstâncias que agora nos ocupam. Os Estados Unidos olham intranquilos, sem ir mais longe, a possibilidade de que Tóquio proporcione o financiamento preciso para construir um gigantesco conduto que, com origem no Kasaquistão e trás atravessar o território chinês, remataria no Japão e reduziria muitos dos temores que acoisam a este último por efeito da sua manifesta vulnerabilidade energética.

XI. Potências rivais?

Tem o seu sentido glosar quais são os activos que as potências secundárias recém mencionadas --a UE, a Rússia, o Japão e a China-- podem oferecer no relativo a eventuais aproximações entre si. No caso da União Europeia sobram os motivos para reear duma imagem, comum entre nós, que atribui à UE uma condição ontologicamente benigna tanto no terreno económico como no dos vínculos externos: se vinte anos de políticas neoliberais obrigaram a renunciar a muitos dos elementos que poderiam justificar, conforme a uma leitura mais que discutível, a distinção entre um capitalismo europeu de franca dimensão social e outro estadunidense de traços mais duros e competitivos, só os mais ingénuos estarão dispostos a reconhecer a personagens como Blair, Chirac, Schröder, Aznar ou Berlusconi uma vontade de enfrentar os grandes problemas planetários desde a causa da justiça, a solidariedade e a liberdade. O acontecido em Ramala e em Jenin na Primavera de 2002 é suficiente ilustração da miséria dos integrantes da UE, incapazes de retirar os seus embaixadores no Israel e de cancelar os privilégios comerciais que Bruxelas reconhece, desde muito tempo atrás, ao Estado sionista.

Pelo que a Rússia se refere, parece fora de dúvida que o presidente Putin defende uma franca aproximação às potências ocidentais, bem que com uma clara predisposição a favor dos Estados Unidos e em detrimento duma UE à que talvez o seu processo de ampliação na Europa central e balcânica --tem como objecto a vários países que arrastam uma relação tensa com Moscovo-- gera dificuldades no que respeita a uma imaginável aproximação ao gigante oriental do continente. Ainda que não é impensável que a prepotência norte-americana obrigue o Kremlin a abandonar a sua dramática submissão a Washington, o mais fácil é que nos anos vindouros vejamos como a Rússia se move no sulco estadunidense e recebe como recompensa, isso sim, um trato formalmente correcto que deverá legitimar pulsões autoritárias, mafiosos capitalismos e militares *razias*, com a paralela concessão de pedaços do pastel energético que se cozinha no golfo Pérsico e na bacia do Cáspio. Trás o acontecido no teatro Dubrovka de Moscovo, Putin tem já o seu 11 de Setembro e conta com um pedestal mais em que assentar a sua obscena defesa duma militarizada cruzada contra o terrorismo internacional e o seu dramático esquecimento do discurso que o seu país postulava anos atrás em relação com o vigor do sistema das Nações Unidas.

Se a candidatura de Moscovo como possível obstáculo para a hegemonia norte-americana tem recuado com claridade nos últimos anos, não é diferente o que corresponde dizer da de Tóquio. O modelo económico japonês, que tanta admiração --e tantas críticas que sublinhavam as suas presumíveis deslealdades-- suscitou até o decénio de 1990, parece ter entrado numa crise de que não se adivinha a saída. Ao mesmo tempo, a corrupção tem impregnado indelevelmente o sistema político. Nessas condições, as perspectivas do Japão parecem escassas a menos que se registem --o que não é provável em virtude dos antecedentes históricos-- aproximações, como a antes referida, a outras instâncias. Aliás, e por efeito da primazia dos Estados Unidos, hoje o Japão continua a padecer, na sua margem de manobra internacional, restrições que se concretizam numa política exterior de traços pouco cobiçosos e manifestamente economizados.

A questão da China fala, enfim, de circunstâncias diferentes. O primeiro que cumpre sublinhar é que a posição de Pequim no que respeita à agressiva política de Washington parece muito ambígua. Se faltam dados que convidem a concluir, por exemplo, que a China apoiou as acções militares estadunidenses no Afeganistão, é impossível identificar, também, uma franca oposição a estas. E estão sentadas as bases para afirmar que tal conduta reaparecerá na eventualidade duma agressão norte-americana contra o Iraque. Mas a grande discussão relativa à China é a que se pergunta se o país será capaz de suster os níveis de crescimento económico alcançados no decénio de 1990 e, mais ainda, contestar a hegemonia estadunidense em virtude dum projecto de franco cariz soberanista. Para dizer verdade, os dados objectivos não são favoráveis para a perspectiva recém enunciada. Se, por um lado, resulta difícil que a

China mantenha o seu ritmo de crescimento --e parece singelo, pelo contrário, que se veja na rápida obrigação de enfrentar problemas derivados da irracionalidade de muitas das fórmulas aplicadas e das visíveis desigualdades, humanas e territoriais, que geraram--, é preciso lembrar que a China que cresce economicamente não é a controlada pelas redes, hiperburocratizadas, do Partido Comunista mas sim, pelo contrário, a vinculada com umas zonas livres dramaticamente inseridas na ignomínia da globalização capitalista, ratificadoras duma situação de dependência externa e talvez irrecuperáveis para o projecto soberanista de que falávamos.

Pouco é o que cumpre acrescentar sobre o sistema das Nações Unidas que hoje padecemos: a sua condição de submissão ao ditado das grandes potências, e singularmente dos Estados Unidos, é qualquer coisa --já o assinalamos-- menos casual e passageira, de tal jeito que a estas alturas não pode surpreender que a ONU aceite as imposições norte-americanas em relação com o Iraque. O secretário geral da máxima organização internacional, Kofi Annan, deixou as coisas claras em Abril de 1999 quando se absteve de mostrar oposição alguma a uma dramática declaração da OTAN em que se assinalava que em adiante as acções militares desta última não estariam obrigadas a se submeter a uma resolução específica do Conselho de Segurança. Com estes antecedentes, ninguém está chamado à surpresa se as Nações Unidas aceitam, sem maiores problemas, um princípio, o dos ataques preventivos, que cancela muitos dos escassos progressos realizados na segunda metade do século XX em matéria de gestação dum direito internacional que mereça este nome.

Com antecedentes como os que acabamos de mal retratar, em suma, parece justificada uma dupla recomendação: se, por uma parte não devemos colocar demasiadas esperanças relativamente à possibilidade de se verificarem interessantes aproximações entre potências secundárias, pelo outro o lógico é que guardemos as distâncias no que atinge ao perfil dos imagináveis resultados dessas aproximações. E é que ainda poderia acontecer que finalmente virem simples cópias do imperialismo norte-americano e, como consequência, reproduzam a maioria das suas misérias.

XII. Os movimentos de resistência global

Do relatado até agora pode-se extrair uma conclusão: as ameaças mais críveis que se revelam no horizonte da hegemonia estadunidense são as derivadas do enorme caos que a ordem internacional --política e económica-- que padecemos está a criar. O quinto, e o derradeiro, dos obstáculos que reclamam a nossa atenção responde, porém, a uma condição bem diferente: falamos dos diferentes esforços de resistência que estão a materilizar-se frente à hegemonia norte-americana e à globalização capitalista, e em particular dos que se revelam no âmbito do que chamaremos movimentos de resistência global. Ainda que seria uma ingenuidade afirmar que, hoje, esses movimentos constituem um obstáculo significado no caminho da hegemonia e da globalização glosadas, as 400.000 pessoas que se reuniram em Barcelona em 16 de Março de 2002 e as mais de 500.000 que o fizeram em Florença em 9 de Novembro do mesmo ano querem dizer, com toda a evidência, que algo está a mudar: cada vez há mais pessoas, no Sul como no Norte, fartas dum cenário caracterizado pela exploração, as agressões ecológicas e a desinformação.

Os movimentos de resistência frente à globalização capitalista nasceram em virtude de três impulsos. O primeiro chegou da mão, como é fácil intuir, do propósito de responder a uma forma de globalização marcada pela especulação, a concentração dos capitais, a deslocação, a crise dos poderes políticos tradicionais e o crescimento espectacular das redes do crime organizado; este processo globalizador insere-se em plenitude na lógica do imperialismo mais cru. Um segundo impulso é o das novas minorias activas que, no Sul como no Norte, padecem na sua carne o planetário endurecimento operado nas condições do trabalho assalariado. O derradeiro dos impulsos chega da mão do propósito de fazer frente a muitos dos problemas que se revelam no seio da esquerda tradicional, na forma de partidos dramaticamente integrados na lógica do sistema, de sindicatos que amiúde perderam a sua capacidade de combate de ontem e de organizações não governamentais (ONG) que não estiveram a altura das expectativas que no seu momento criaram.

A derrota seguida por muitas ONG --alarmante dependência dos orçamentos públicos, funcionarização, perda de radicalidade nas suas propostas-- na última década do século XX convida a sublinhar, claro, que os movimentos de resistência global não estão livres de cair em perigos similares e devem ficar de olho aberto perante um risco palpável: o de tornar-se um brinquedo legitimador da globalização capitalista. Mas hoje os problemas que acozzam as redes que nos ocupam são outros. Adoptam a forma, por exemplo, duma relação abusiva com a organização de contracimeiras --estas não facilitam o fortalecimento organizativo e o trabalho realizado com vocação de permanecer--, duma inquietante indefinição no que diz respeito aos referentes políticos --tanto mais delicada quanto que em determinados segmentos dos movimentos se está a registar a chegada de sectores ilustrados da socialdemocracia--, duma necessidade óbvia de superar fundas divisões --as redes são genuínos lugares de encontro em que, como contrapartida, se reproduzem com intensidade velhas disputas--, duma conveniente clarificação das propostas organizativas e programáticas, da visível urgência de desenvolver meios de comunicação próprios --que permitam eludir a influência de muitas das estratégias de demonização urdidas desde os poderes tradicionais-- e da exigência, enfim, de empregar uma linguagem ao alcance do cidadão comum.

Ainda que os problemas mencionados são importantes, parece fora de discussão que os movimentos de resistência global são portadores duma semente nova e estão a reabrir muitos debates prematuramente cancelados. Entre eles o do relativo ao que acontece com a democracia liberal quando é evidente que são grandes corporações económico-financeiras que operam na semiclandestinidad, e não os representantes eleitos nas urnas, as que determinam a maioria das decisões que afectam a cidadania. Sobre a base da contestação de realidades como as invocadas, os movimentos mostram hoje três virtudes de peso evidente: proporcionam um horizonte de resistência global, frente às resistências parciais que

reivindicaram a maioria das redes antecessoras, beneficiam, por vez primeira na história, de relações transnacionais que permitem que se vinculem pessoas do Sul e do Norte e, enfim, não demandam um salto no vazio, na medida em que desfrutam, pelo contrário, e por exemplo, de possibilidades certas de relação com os sectores mais lúcidos do movimento operário de sempre, com os que partilham uma linguagem que se articula em redor de conceitos como os de exploração, exclusão e feminização da pobreza. Visto assim as coisas temos de concluir que a globalização que padecemos tem, mesmo assim, um efeito saudável: o de permitir que, ao amparo dos movimentos que insistem em oferecer-lhe uma radical resistência, aparecesse uma contestação que há uns poucos anos era literalmente inimaginável.

Apêndice I. Dez motivos para recear dos Estados Unidos

1. *Os EUA tiraram-lhe todo o seu peso ao sistema das Nações Unidas.* Os EUA têm conseguido uma efectiva anulação da ONU. O desprezo que esta lhes produz tem-se reflectido através duma dívida formidável e duma clara opção por fórmulas que anulam a principal organização internacional. O presidente da Comissão de Assuntos Estrangeiros do Senado norte-americano, Jesse Helms, não duvidou em assinalar que “o povo estadunidense não aceitará nunca a condição da ONU como única fonte de legitimidade em relação com o uso da força”.

2. *Desde um século atrás os EUA praticam sistematicamente a ingerência nos assuntos dos demais.* Ao longo do século XX os EUA aplicaram nos cenários mais diversos a que em princípio foi a sua conduta na América central: um impulso controlador traduzido em golpes de Estado e intervenções militares. Mesmo se nalguma versão dos últimos tempos as fórmulas foram mais moderadas --lembre-se o intervencionismo humanitário, que esconde, é claro, muitos interesses mesquinhos--, o objectivo não deixava de ser o de sempre: garantir a submissão.

3. *Os EUA não sabem viver sem ameaças.* Desde a desapareção do muro de Berlim os Estados Unidos precisam de ameaças que, reais ou inventadas, permitam manter uma formidável maquinaria militar e repressiva. Se em princípio os esforços se dirigiram a preservar, até onde fosse possível, a ameaça russa, depois se concretizaram noutra, a islâmica, em relação com a qual proliferam hoje as simplificações. Esta ameaça vê-se acompanhada, de resto, duma rápida identificação com fenómenos como o terrorismo ou o narcotráfico.

4. *A política dos EUA mantém uma equívoca relação com a democracia.* São muitos os regimes não democráticos que receberam o apoio dos EUA. Será suficiente com lembrar os nomes de Somoza e Duvalier, Pinochet e Franco, Mobutu e Marcos, Hassan II e Oliveira Salazar. É verdade, mesmo assim, que nos últimos tempos Washington tem defendido amiúde regimes mais apresentáveis que constituem o que às vezes se chamam democracias de baixa intensidade. Não parece, porém, que ao abrigo destas esteja aberto algum projecto orientado a travar o autoritarismo, a corrupção e a injustiça.

5. *Os EUA têm-se entregado ao sistemático desenvolvimento de políticas de dupla moral.* A política exterior dos EUA tem institucionalizado fórmulas de dupla moral: não trata da mesma forma amigos e inimigos. O Israel pode ignorar, uma e outra vez, as resoluções do Conselho de Segurança da ONU sem isso originar sanções e ainda menos acções militares. Não acontece o mesmo, pelo contrário, com os inimigos, vítimas de duras represálias armadas e macabros embargos. Detrás da política estadunidense não há senão uma obscena defesa de interesses geoestratégicos e geoeconómicos.

6. *Os EUA recusam-se a aceitar a jurisdição dum tribunal penal internacional.* Uma das ironias do nosso tempo é a que nos lembra que, enquanto os EUA faziam o que estava da sua mão para colocar o ex presidente jugoslavo, Milosevic, na Haia, opunham-se firmemente a que ganhasse terreno o Tribunal Penal Internacional perfilado em Roma em 1998. No que é fiel retrato duma dupla moral, Washington nega-se a aceitar que esse tribunal julgue cidadãos norte-americanos.

7. *Os EUA defendem um projecto claramente militarista.* O projecto norte-americano encaminhado a gerar um escudo antimísseis parece chamado a dar um novo impulso à corrida aos armamentos. Em paralelo, o gasto militar estadunidense está a crescer de forma rápida. Em 2001 a soma das despesas em defesa da Rússia, a China e os sete *Estados canalhas* --a Coreia do Norte, a Cuba, o Iraque, o Irão, a Líbia, a Síria e o Sudão-- equivalia a uma terceira parte do gasto militar norte-americano.

8. *Os EUA são responsáveis principais das misérias que rodeiam a globalização neoliberal.* São as empresas estadunidenses, com apoio do seu governo, as que lideram a globalização em curso. Os seus interesses mais obscenos encontraram alicerce em instâncias --o Fundo Monetário, o Banco Mundial ou a

Organização Mundial do Comércio-- controladas também pelos EUA Assim, Washington é responsável, directo ou indirecto, dum ordem económica que permite que 1.400 milhões de pessoas devam subsistir com menos dum euro diário. A ajuda, aliás, ao desenvolvimento que os EUA proporcionam --5 dólares per cápita anuais-- é extremamente baixa.

9. *Nos EUA o modelo económico e social caracteriza-se por alarmantes desigualdades.* Nos EUA há mais de trinta milhões de pessoas com uma esperança de vida que não alcança os 60 anos, 40 milhões que não beneficiam de assistência sanitária, 52 milhões de analfabetos e 46 milhões de indigentes. Nos últimos vinte anos os ingressos reais da quinta parte mais rica da população cresceram 30%, em tanto os da quinta parte mais pobre recuavam 6%. “A primeira potência económica mundial ocupa também, entre os países industrializados, a primeira posição no que diz respeito à taxa de pobreza da sua população” (V. Forrester).

10. *Os EUA são o principal responsável dos muitos problemas que acozzam o meio ambiente.* A economia estadunidense é, com diferença, a que mais contamina e a que com maior dedicação se tem entregado ao esgotamento de recursos escassos. O efeito de estufa e o buraco na camada de ozono muito devem ao agressivo capitalismo que impera nos EUA, responsável, também, dum emergente modelo agroalimentar que leva caminho de aniquilar os restos de biodiversidade. Ainda que não se trata só disso: o propósito norte-americano de não assinar o protocolo de Quioto revela uma dramática falta de preocupação pelos problemas dos demais.

Apêndice II. De globalização e petroleiros

Com a passagem dos dias parece que é obrigado afirmar, sem medo ao erro, que os factos que se estão a desenvolver entre nós --no sulco, naturalmente, do acidente dum petroleiro frente às costas ocidentais da Galiza-- estão chamados a constituir um antes e um depois na história do país. O descrédito das autoridades autoanémicas, a dramática incapacidade --amiúde impregnada de estupidez-- dos dirigentes políticos em Madrid e a inesperada reacção popular, longe de qualquer espasmo vinculado com a ideia de caridade e perto duma revolta que nalgum momento tinha que se concretizar, deixará vestígios por muito tempo.

Se o anterior parece fora de dúvida, cumpre salientar que o processo geral em que o mencionado acidente se insere nada tem, pelo contrário, de novo. Os acontecimentos das últimas semanas não podem explicar-se se não os encaixarmos --e a tarefa neste caso é bem singela-- nessa geral desfeita que é o que conhecemos como globalização neoliberal. Talvez dentro duns anos a tragédia que acossa as costas da Galiza tornar-se-á um exemplo de livro para ilustrar as consequências dramáticas dessa forma de globalização.

E é que, para falar do primeiro, resulta obrigado lembrar, de novo, que os nossos dirigentes políticos não pareceram extrair conclusão nenhuma dos sucessos que com periódica regularidade se revelavam nas nossas costas. Essa falta de previsão bem pode explicar-se em virtude dum duplo mito: o de que os acidentes são ontologicamente uma realidade inevitável e o de que, em paralelo, a mão oculta do mercado acabará por resolver, contentando toda a gente, qualquer problema que se apresentar. Quem a estas alturas pense que o do *Prestige* foi um acidente estatisticamente iniludível merece tanto respeito intelectual como as vítimas dessa formidável superstição que vê no mercado o remédio de todos os males.

Um segundo traço que coloca o acontecido na linha da globalização neoliberal é a dramática submissão que tantos poderes públicos mostram no relativo aos interesses das empresas privadas. Este é o cerne da globalização que nos ocupa: os poderes políticos tradicionais estão a recuar em proveito de gigantescas corporações económico-financeiras que operam na semiclandestinidade e que lutam, com apreciáveis resultados, para que os capitais possam mover-se através de todo o planeta sem limitação nenhuma. O comportamento das autoridades autonômicas e estatais, antes e depois do desastre do *Prestige*, parece adaptar-se meticulosamente a tal estado de coisas. Basta com lembrar ao respeito a patética decisão, tomada pelo governo espanhol, de mover para além da linha das duzentas milhas um buque de duvidosa condição... que mais tarde atracou no porto de Algeciras.

Uma terceira dimensão da globalização em curso --a relativa a um formidável processo de concentração dos capitais-- tem também reflexo nestas horas entre nós. Não devemos esquecer que por detrás da actividade económica que desenvolvia o *Prestige* se encontrava um dos gigantes russos do petróleo. Neste caso cumpre sublinhar que o de menos é a condição nacional das empresas correspondentes: o que importa é lembrar como a mais preciosa das matérias-primas energéticas do globo está a provocar, desde decénios atrás, um conjunto de movimentos que nada têm de civilizados e muito, pelo contrário, de ilustração do militarismo mais extremo. E não é preciso ir muito longe --o Afeganistão ontem, o Iraque amanhã-- na procura de comportamentos cobiçosos vinculados com uma luta feroz pelo controlo do petróleo.

A globalização neoliberal acarreta também um notável, e visivelmente tolerado, crescimento das redes do crime organizado. Com apenas descer um pouco à análise da realidade que rodeia o *Prestige*, descobrem-se um sem-fim de fórmulas que falam do crescimento de actividades no melhor dos casos alegais. Eis, para demonstrá-lo, as enormes dificuldades no que respeita à identificação de quem são os proprietários reais do barco e, noutra terreno, a certificação de que os marinheiros que trabalhavam neste estavam submetidos --que surpresa num mundo, o neoliberal, marcado pelo objectivo de ratificar velhas explorações e exclusões!-- a condições laborais extremas.

O comportamento, amiúde miserável e deformador da realidade, assumido por muitos meios de comunicação mantém, em suma, uma evidente relação com as estratégias desinformativas que se manifestam no mundo de hoje. Esses meios, claramente decididos a ocultar informações básicas, têm um relevo extremo relativamente à legitimação dum sistema que doutro jeito veria como os seus alicerces se desmoronariam. Qualquer um tem direito a alimentar a esperança, porém, de que as fórmulas correspondentes alcançaram um grau tal de manipulação que, devagar, estão a produzir efeitos literalmente contrários dos inicialmente previstos.

Para fechar o círculo, a crise suscitada pelo *Prestige* ilustra uma dimensão mais da dinâmica globalizadora que conhecemos: a relativa a um inesperado crescimento dos movimentos, e em geral das atitudes, de resistência. A resposta, popular e espontânea, que se tem registado em tantos lugares na Galiza mostra uma inequívoca consciência no que atinge a três princípios. Se o primeiro sublinha que não tudo se resolve com dinheiro --os espasmos de caridade, por respeitáveis que sejam, merecem uma franca contestação--, o segundo aconselha recluir sempre dos poderosos --e além deles do sistema inteiro-- e o terceiro coloca em lugar central os direitos dumas gerações, as vindouras, às quais, se as coisas irem como vão, levamos caminho de entregar um planeta cada vez menos habitável. Essas três razões são motivo suficiente para gritar *Nunca mais* e para reclamar que esta saudável demanda não fique limitada aos petroleiros que recorrem o nosso mar e alcance aqueles que, de diversas maneiras, tornaram o país numa autêntica desfeita.

Carlos Taibo é professor de Ciência Política na Universidade Autónoma de Madrid. Tem publicado os seguintes livros: *O castelo de fogos. Nove ensaios sobre o porvir da Europa do Leste* (Novo Século, Íria Flávia, 1991); *Europa sen folgos. Para entendérmo-los problemas das periferias europeas* (Sotelo Blanco, Santiago, 1994); *A nova desorde internacional* (Abrente, Santiago, 1998); *Un novo Terceiro Mundo?* (Ludus, A Corunha, 1999); *A desintegración de Iugoslavia* (Xerais, Vigo, 2000), e *Imperio norteamericano e resistencia global* (3C3, Santa Comba, 2003). Entre as suas obras em espanhol contam-se *La Unión Soviética (1917-1991)* (Síntesis, Madrid, 1993); *Crisis y cambio en la Europa del Este* (Alianza, Madrid, 1995); *Las transiciones en la Europa central y oriental. ¿Copias de papel carbón?* (Catarata, Madrid, 1998); *La explosión soviética* (Espasa, Madrid, 2000); *La desintegración de Yugoslavia* (Catarata, Madrid, 2000); *Guerra en Kosova. Un estudio sobre la ingeniería del odio* (Catarata, Madrid, 2001); *Cien preguntas sobre el nuevo desorden* (Punto de lectura, Madrid, 2002); *Guerra entre barbaries* (Punto de lectura, Madrid, 2002), e *Estados Unidos contra Iraq* (La esfera de los libros, Madrid, 2003).

Revisão textual: Valentim R. Fagim
Maquetação : Luz Castro

A presente edición de
A guerra santa, e petroleira, de Bush fillo,
é distribuída pola **GZe-ditora,**
projecto editorial electrónico da
Associaçom Galega da Língua (**AGAL**),
inserido no **Portal Galego da Língua.**
<http://www.agal-gz.org>

Próximas publicacións:
A euro-região económica de Galiza, Norte de Portugal - Joam Lôpes Facal